



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001634-66.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria Técnica e de Pagamento - COTEP.

ASSUNTO: Final- Pregão Eletrônico – Serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas compreendendo os serviços de cotação, reserva, marcação, remarcação, emissão e cancelamento, para trechos nacionais e internacionais - **Análise**.

**PARECER JURÍDICO Nº 1 / 2024 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria Técnica e de Pagamento - COTEP, com objetivo de abrigar a tramitação dos atos necessários à contratação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas, compreendendo os serviços de cotação, reserva, marcação, remarcação, emissão e cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, consoante Termo de Abertura ([1052953](#)) e Documento de Oficialização de Demanda ([1062530](#)).

**02.** O relato completo do procedimento até a elaboração dos documentos da fase preparatória, entre eles Termo de Referência nº 1/2023 – COTEP ([1065484](#)) e minuta de edital ([1077240](#)), está reproduzido no **Parecer Jurídico nº 244/2023** ([1078378](#)). Na sequência, após Manifestação nº 470/2023 ([1079199](#)) do Secretário da SAOFC, a Diretora-geral aprovou os documentos integrantes da fase de planejamento da contratação, autorizou a contratação pretendida, mediante licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço por lote, na forma do inciso XLI, do artigo 6º c/c com o art. 29, ambos da Lei 14.133/21, autorizou a divulgação dos valores estimados para a contratação, e deu outros comandos, consoante Despacho nº 1351/2023 – GABDG ([1083382](#)).

**03.** Dando continuidade ao procedimento, o SAOFC remeteu o feito à ASLIC para divulgação do edital na forma determinada e realização do certame competitivo ([1086998](#)).

**04.** Vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Proposta da licitante PAULO CEZAR DE JESUS REGO, inscrita no CNPJ sob o nº 43.990.732/0001-89 – ([1096295](#));



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Proposta da licitante C. B. DE OLIVEIRA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.437.528/0001-46 – ([1097651](#));

c) Proposta da licitante SATGURU VIAGENS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 36.063.106/0001-81 – ([1100571](#));

d) Documentos de habilitação e declarações da licitante C. B. DE OLIVEIRA juntados no evento ([1100592](#)), que, após manifestação da unidade técnica ([1099788](#)), **não foram aceitos**;

e) Documentos de habilitação e declarações da licitante SATGURU VIAGENS LTDA - EPP juntados nos eventos ([1094605](#)) ([1094608](#)) ([1094609](#)) ([1094611](#)) ([1094617](#)) ([1094618](#)) ([1094620](#)) ([1095343](#)), que, após manifestação da unidade técnica ([1100726](#)), **foram aceitos**;

f) Termos de Julgamento com as informações relacionadas à operacionalização da presente contratação ([1101061](#)).

g) Relatório de propostas – ([1096061](#));

### **Fase Recursal:**

Houve o registro de duas intenções de recurso, sendo uma apresentada pela licitante C B DE OLIVEIRA e outra pela NORTE TURISMO LTDA. A licitante NORTE TURISMO LTDA não apresentou suas razões ([1102545](#)).

**05.** Por fim, o pregoeiro registrou as principais ocorrências do **certame** em seu Relatório 1/2024 ([1106793](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pela ASLIC a esta Assessoria Jurídica para análise dos atos praticados na licitação ([1106795](#)). **É o necessário relatório.**

## **II – DA ANÁLISE JURÍDICA**

**06.** Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 55, I, “a”, da Lei nº 14.133/21, dando-se a devida publicação do edital de licitação, com observância do prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas ([1096061](#)), em atendimento ao disposto na disposição legal citada.

**07.** Ainda, verifica-se no evento ([1088761](#)) a publicidade do instrumento convocatório realizada mediante sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 54 da Lei nº



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14.133/202, a ocorrência da publicação do extrato do edital no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação, como preconiza o §1º do artigo citado, bem como a sua divulgação adicional e a manutenção do seu interior teor no sítio eletrônico oficial deste Regional.

**08.** Passa-se às análises dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

**a) Pedido de esclarecimentos e impugnações ao edital:**

pedido de esclarecimento manejado pela empresa BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA, CNPJ nº 23.361.387/ 0001-0, respondido pelo Pregoeiro por meio do evento ([1095323](#)):

**b) Lances:** Os melhores lances para o item estão registrados no termo de julgamento ([1101061](#));

**d) Item deserto:** Não houve;

**e) Cancelados na Aceitação:** Não houve;

**f) Aceitação/negociação:** Nesta fase o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico - *chat* - a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de reduzir o preço, observado o critério de julgamento, como também analisa o cumprimento das exigências editalícias para a aceitação das propostas.

**ANÁLISE:** As diversas ocorrências foram registradas no item 5.3 do Relatório do Pregoeiro ([1106793](#)), cujas justificativas - também alinhavadas no relatório deste parecer - demonstram a aplicação objetiva dos critérios de aceitação de proposta.

Os atos contaram ainda com a oitiva prévia da unidade demandante ([1098284](#)), determinante para aceitação da proposta:

- para o item 1, no valor total de R\$ 949.129,92 à licitante SATGURU VIAGENS LTDA - EPP;

De acordo com os registros constantes do termo de julgamento trazido ao processo, houve abertura da fase de negociação com a licitante melhor colocada no intuito de redução do preço ofertado, contudo, sem êxito. Ainda assim, esta Assessoria Jurídica não vê reparos nas decisões do Pregoeiro.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**g) Fase de Habilitação:** Após a juntada dos documentos de habilitação ([1100592](#)), a unidade demandante manifestou-se pelo cumprimento das exigências editalícias ([1100726](#)).

Dessa forma, de acordo com os registros que constam Termo de Julgamento ([1101061](#)), a documentação da licitante SATGURU VIAGENS LTDA - EPP foi julgada regular.

### **FASE RECURSAL:**

#### **INTENÇÃO DE RECURSO:**

As licitantes C B DE OLIVEIRA e a NORTE TURISMO LTDA registraram intenção de recursos, que foram aceitas pelo Pregoeiro. Contudo, a licitante NORTE TURISMO LTDA não apresentou suas razões ([1102545](#)).

#### **RECURSO:**

Relativamente à **intenção de recurso** apresentada pela licitante C B DE OLIVEIRA, registrou a recorrente, em síntese, o seguinte ([1036246](#)):

De largada, necessário se faz definir o que é a International Air Transport Association (IATA). Trata-se de uma associação internacional que atua em diversas frentes para melhorar o setor aéreo mundial. Por isso, ela se mantém atualizada sobre as demandas do setor e tende a oferecer soluções relevantes para empresas do segmento de passagens.

Por ser uma associação, às Agências do Setor também estão sob a garantia de liberdade de associação, o que nos é garantia constitucional, prevista no inciso XVII do Artigo 50, que determina que somos livres para criar ou participar de associações desde que seus fins sejam lícitos e que não tenham caráter militar.

O direito de associação é fundamentalmente um direito negativo, um direito de defesa, sobretudo perante o Estado, proibindo a intromissão deste, quer na constituição de associações ou na sua organização e vida interna. Em geral, na Constituição atual é um direito, liberdade e garantia, previsto no Título II, Capítulo I, no art. 50 e, especificamente no Capítulo II relativamente a associações e partidos políticos e associações sindicais, todos da Constituição Federal. Pondera-se em favor da ora Recorrente que o fato de ser ou não associada a IATA não inviabiliza a empresa de possuir qualificação técnica para prestar os serviços licitados.

Ademais restou demonstrado que a empresa AMAZON RECEPTIVE possui qualificação técnica por si e por sua consolidadora, a Empresa REXTURADVANCE, inclusive, despontando no ranking dentre as quinhentas maiores EMPRESAS DE TURISMO NO BRASIL.

Ao nosso entendimento, a qualificação técnica deve estar ligada diretamente a prestação de serviços por parte da empresa ao órgão público, para garantir assim,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que o serviço seja prestado à altura, digna da contratação, o que quer nos parecer, que não seria garantia o fato da empresa estar associada a International Air Transport Association (IATA). Logo, não guarda nenhuma relação lógica a inabilitação exclusivamente pelo fato de a empresa ser ou não associada a IATA.

Mesmo assim, se considerar que tal exigência guarda proporção ao objeto licitado, tanto a CONSOLIDADA como a CONSOLIDADORA possuem inscrições junto à International Air Transport Association (IATA), dispondo de Certificação, muito embora a Certificação da Consolidada esteja com vigência expirada, em fase de renovação, enquanto que a CONSOLIDADORA, possui Certificação dentro da vigência, ambas parceiras comerciais desde agosto de 2010, conforme declarações apresentadas, devidamente formalizada por meio de instrumento comercial vigente.

A afirmação de que a empresa AMAZON RECEPTIVE não possui certificado IATA, NÃO PROCEDE, pois ela é detentora do Registro n. 57-5 9554 3, emitido em 14 de fevereiro de 2020, cuja vigência expirou, mas providencias no sentido de renová-la estão sendo efetivadas.

Conquanto tenha o Sr. Pregoeiro solicitado a apresentação do Registro da CONSOLIDADORA REXTURADVANCE junto à IATA, nos foi possível ratificar tão somente as informações contidas na Declaração, de que seu registro é o de n. 57-5 0661 0, porém por se tratar de documento que não é de domínio público houve a impossibilidade de comprovação.

Portanto, ao inabilitar a empresa por não ter apresentado a comprovação de filiação em associações elou entidades de classe, como a International Air Transport Association (IATA) está restringindo o caráter competitivo da licitação, violando ao disposto nos arts. 50 do Decreto n. 84.934/1980 e 30 da Lei n. 8.666/1993.

De forma e modo alternativo, fora exigido a apresentação de declaração formal do licitante, apresentando registro da consolidadora ou declaração expedida pelas empresas internacionais de transporte aéreo regular, listadas na página da internet da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e, se for o caso, comprovando que a licitante é possuidora de crédito direto e está autorizada a emitir bilhetes de passagens aéreas internacionais durante a vigência do contrato, O QUE FOI DEVIDAMENTE ATENDIDO PELA EMPRESA INABILITADA.

**Por sua vez, em sua manifestação ([1106430](#)) a unidade técnica demandante registrou, em síntese:**

Em atenção à Solicitação 230 ([1105571](#)) apresento manifestação dessa unidade acerca das razões apresentadas pela empresa C.B. DE OLIVEIRA e demais questionamentos.

1. a empresa C.B. DE OLIVEIRA volta-se contra a exigência do item 8.3 alínea g. do Edital que exige ato de registro perante a International Air Transport Association (IATA), alegando, em primeiro lugar, o direito constitucional de livre associação. Tal defesa não se justifica em razão de não haver no Termo de Referência a obrigatoriedade de associação do licitante à IATA, oferecendo, alternativamente, a possibilidade de apresentação de registro da agência consolidadora com a qual possui contrato ou, ainda, declaração expedida pelas empresas internacionais de transporte aéreo regular, listadas na página da internet da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

2. Por ser agência consolidada, o licitante apresentou, após diligência, Contrato de Intermediação de Serviço de Turismo com as empresas CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A, TREND VIAGENS OPERADORA DE TURISMO S.A, VISUAL TURISMO LTDA e ESFERATUR PASSAGENS E TURISMO S.A, considerando que são empresas que fazem parte



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do grupo econômico da CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A (GRUPO CVC) - ([1099447](#)). Logo, a empresa licitante poderia apresentar o certificado IATA desse grupo, o que não ocorreu. Por outro lado, apresentou declaração da empresa REXTURADVANCE em nome da CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A ("READ VIAGENS"). Ocorre que não foi apresentado nenhum documento de relação formal com a empresa REXTURADVANCE sendo que o CNPJ Nº 23.586.724/0001-64, apresentado na referida declaração, é de uma terceira empresa e não confere com o da empresa CVC BRASIL constante no contrato apresentado.

3. Caberia, ainda, como terceira alternativa para a empresa licitante a apresentação de declaração expedida pelas empresas internacionais de transporte aéreo regular, listadas na página da internet da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC comprovando que a licitante é possuidora de crédito direto e está autorizada a emitir bilhetes de passagens aéreas internacionais durante a vigência do contrato, fato que não ocorreu.

4. Com o exposto acima mantenho o entendimento de que a empresa C.B. DE OLIVEIRA não atendeu o critério objetivo do item 8.3.g do edital.

5. Quanto aos questionamentos apresentados no e-mail juntado no evento ([1101064](#)), alega-se a obrigatoriedade de apresentação de balanço patrimonial dos últimos dois exercícios. Tal exigência não consta no TR e tampouco no edital. Argumenta também sobre assinaturas nos documentos apresentados, falta de apresentação de documento do administrador e a possível conflito de interesses, pois a documentação da consolidadora é assinada pelo mesmo dono da empresa vencedora. Ao contrário do alegado, encontra-se na documentação apresentada a Cédula de Identidade de Estrangeiro do proprietário administrador da empresa. Quanto a possível conflito de interesses, verifica-se que as empresas consolidada e consolidadora possuem o mesmo proprietário mas diferentes pessoas jurídicas. Por fim, vê-se trataram-se de questionamentos que não se referem à qualificação técnica da empresa atentando-se mais a questões jurídicas da documentação apresentada, devendo, caso entenda necessário, ser realizada uma análise jurídica mais detalhada.

Assim, o Pregoeiro conheceu do recurso, dadas a tempestividade, a legitimidade e a adequação do meio, manteve a decisão atacada (habilitação do vencedor SATGURU VIAGENS LTDA - EPP, CNPJ sob o nº 36.063.106/0001-81), pelos fatos e motivos expostos em sua manifestação ([1106790](#)) e encaminhou os autos à AJSAOFC, com vistas à adjudicação e homologação pela autoridade superior ([1106795](#)).

**Análise:** Esta unidade entende como legal e provida de lastro normativo a decisão do Pregoeiro.

**I - Intenção de recurso da NORTE TURISMO LTDA:** O artigo 165, I da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o prazo para apresentação de razões do recurso será de três dias da lavratura da ata. Por sua vez, o item 12.9 do Edital prevê que a falta de apresentação das razões de recurso caracterizará a desistência de recorrer. Como se não bastasse, o pregoeiro afirmou que "(...) *não há registro mínimo das intenções, ou seja, apontamento mínimo acerca do que se pretende recorrer. Essa situação,*





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*somada à ausência de apresentação das razões, caracteriza a não interposição de recurso por parte da NORTE TURISMO LTDA."*

De fato, registrado que não há elementos mínimos para a análise, verifica-se que o entendimento do Pregoeiro está em harmonia com a orientação contida no item 13, III. "b", do Parecer Jurídico AJSAOFC nº 238/2023 ([0930214](#)).

**II - Recurso da licitante C B DE OLIVEIRA:** De notar-se, como se observa no termo de julgamento ([1101061](#)), que o Pregoeiro oportunizou por diversas vezes à empresa recorrente a possibilidade de apresentação complementar dos documentos solicitados em edital, tendo cumprido o requisito constitucional previsto no **art. 5, LV da CF de 1988 de obediência ao contraditório, à ampla defesa e ao devido processo legal**. Observa-se, inclusive, participação efetiva da unidade demandante embasando a decisão do Pregoeiro quando manifestou-se pela inabilitação da recorrente ([1099788](#)).

Em relação aos aspectos jurídicos, sem adentrar no mérito técnico e administrativo, não se vislumbra nenhuma ilegalidade na inabilitação da empresa recorrente. Até porque, na forma do **art. 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, oportunizou-se a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pela recorrente**, ouviu-se a unidade técnica demandante na tomada de decisão de inabilitação da recorrente, inclusive quanto aos questionamentos apresentados no evento ([1101064](#)), além de terem sido adequadamente motivados ([1106430](#)), consoante se extrai dos autos do processo.

Convém ainda destacar que o edital ([1087638](#)) estabeleceu mais de uma possibilidade de atendimento ao item 8.3.g do edital que ensejou na inabilitação da recorrente, **não havendo restrição ao caráter competitivo do certame**, a saber:

8.3. Os documentos a serem apresentados para comprovação da HABILITAÇÃO TÉCNICA são os seguintes:

(...)

c) Tratando-se de agência de viagem consolidada, cópia do contrato assinado com a agência de viagem consolidadora (Acórdão TCU 112/07 – Plenário);

(...)

g) Ato de registro perante a International Air Transport Association (IATA).

g.1) Na hipótese de a licitante não dispor do registro perante a IATA, poderá apresentar registro da consolidadora ou declaração expedida pelas empresas internacionais de transporte aéreo regular, listadas na página da internet da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, obtida no site [www.anac.gov.br](http://www.anac.gov.br), traduzidas por tradutor juramentado, se for o caso, comprovando que a licitante é possuidora de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

crédito direto e está autorizada a emitir bilhetes de passagens aéreas internacionais durante a vigência do contrato

9. Portanto, deve-se registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela **isonomia, probidade e obediência ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório**. Desse modo, conclui-se que transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no Termo de Julgamento. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

### **III – DA CONCLUSÃO**

10. Por todo o exposto, esta Assessoria Jurídica opina:

I - Pelo conhecimento do recurso manejado pela licitante **C. B. DE OLIVEIRA - CNPJ sob o nº 05.437.528/0001-46** ([1102525](#)) e, no mérito, na esteira das manifestações da unidade técnica demandante ([1106430](#)) e do Pregoeiro ([1106790](#)), pela **total improcedência**, com base nos princípios da legalidade e vinculação ao instrumento convocatório, e, consequentemente, pela manutenção da decisão do Pregoeiro exarada no PE nº 19/2023 ([1106790](#)), quanto à aceitação da proposta, habilitação e declaração da licitante **SATGURU VIAGENS LTDA - EPP - CNPJ sob o nº 36.063.106/0001-81** como vencedora da licitação, na forma registrada no Termo de Julgamento ([1101061](#));

II - Pela **adjudicação** do item do objeto pela autoridade superior em favor da licitante **SATGURU VIAGENS LTDA - EPP - CNPJ sob o nº 36.063.106/0001-81**, detentora da melhor proposta oferecida ao item do certame, face à improcedência do recurso na forma apontada no inciso anterior e na análise contida neste parecer.

III - Pela **homologação do certame pela autoridade competente**, em razão do improvimento do recurso, nos exatos contornos dos Termos de Julgamento ([1101061](#)), com fundamento no art. 71, IV, da Lei nº 14.133/2021.

11. Orienta-se que, após a decisão da autoridade superior, os autos retornem à ASLIC para publicação do resultado do certame no Diário





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante aos autos.

**12.** Ressalta-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à aceitação do objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 10/01/2024, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 10/01/2024, às 17:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1108379** e o código CRC **13466FB7**.